



Microempreendedor poderá usar a própria casa como sede

Plenário aprovou por unanimidade projeto que permite uso de endereço residencial para cadastro do negócio que dá direito ao Simples Nacional

Para facilitar o cadastramento de quem trabalha por conta própria como microempreendedor individual, o Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto que permite, nesses casos, o uso de residência como sede de estabelecimento comercial, quando a atividade realizada não exigir local específico para funcionamento. A proposta, que segue para sanção, deve ajudar na modernização das relações de trabalho, o que é importante no momento de crise econômica que o país está vivendo. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Senadores aprovam proposta para facilitar a adesão ao regime simplificado de tributação de quem trabalha em casa por conta própria e fatura até R\$ 60 mil por ano

Salário mínimo corre risco de ficar sem aumento real

O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, disse ontem no Senado que o governo cogita a possibilidade de suspender a política de aumento real do salário mínimo e incentivar a demissão voluntária de servidores. Segundo

ele, as medidas seriam adotadas para enfrentar o eventual descumprimento do limite de gasto na elaboração da Lei Orçamentária Anual. Barbosa também falou sobre a previsão de déficit de R\$ 96,6 bilhões nas contas públicas. **5**



Pedro Franco/Agência Senado

Pansera fala sobre crise política e cortes no orçamento do ministério

Ministro da Ciência e Tecnologia diz que quer continuar chefiando pasta

No dia em que o PMDB decidiu deixar o governo, o ministro Celso Pansera, que é do partido, participou de audiência no Senado para falar sobre prioridades da pasta. Ele disse que quer ficar à frente do ministério. **4**



Roque de Sá/Agência Senado

Ministro da Fazenda debate a situação da economia do país com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos

Renan garante isenção no processo de impeachment

Em entrevista ontem, presidente do Senado disse que tem o papel de conduzir a Casa com independência e equilíbrio em um "momento conturbado" do país. Na tribuna, senadores voltaram a abordar o eventual afastamento de Dilma Rousseff. **8**

Contas do governo ficam para análise de nova comissão

A Comissão Mista de Orçamento não conseguiu votar as contas presidenciais de 2014 ontem, último dia de mandato da atual composição do colegiado. Agora será preciso esperar a retomada das atividades da CMO, com definição da nova composição. **2**

Agronegócio quer ampliar MP do crédito à exportação

Representantes do setor pediram ontem que o texto da medida provisória deixe claro que as operações com produtos beneficiados possam ter acesso ao seguro de crédito às exportações, e não apenas as vendas de produtos agrícolas básicos como matérias-primas. **6**



Pedro Franco/Agência Senado

Comissão que faz análise prévia da MP promove audiência com exportadores

Prefeituras temem corte de recursos para creches **7**

Projeto prevê celular reserva durante concerto **6**

Senado aprova novo embaixador para a Ucrânia **3**

Cancelar assinatura de TV deve ficar mais simples **6**

Indicações para a Anac passam em Plenário **3**

Comissão encerra mandato sem votar contas do governo

Análise do tema aguardará retorno dos trabalhos e indicação de novo relator, ainda sem data prevista

AS CONTAS PRESIDENCIAIS de 2014 continuam sem a deliberação da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Sem quórum no último dia de trabalho com a atual composição, a CMO não teve como decidir sobre o tema mais polêmico em pauta. Como o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) não foi à votação antes do fim dos mandatos dos integrantes da comissão, um novo relator será indicado quando o colegiado retomar os trabalhos. E todos os prazos e etapas recomeçarão do zero.

A reunião foi aberta apenas para um balanço dos trabalhos. Pouco antes, os líderes partidários e a presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), ainda tentavam encontrar uma maneira de garantir a continuidade dos trabalhos até a posse da próxima composição. A secretária da comissão, porém, disse que não há como evitar o encerramento dos mandatos atuais.

Além da prestação de contas do governo de 2014, que envolve polêmica por ter sido rejei-



Rose e Gurgacz (D) lamentam que relatório não tenha sido analisado ontem

tada de forma unânime pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e ser uma das bases do processo de impeachment de Dilma Rousseff, a CMO deixa aos próximos membros uma pauta encabeçada por duas medidas provisórias de abertura de créditos suplementares. A MP 711/2016 destinou R\$ 419,5 milhões para o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União. E a MP 716/2016 liberou R\$ 420 milhões aos Ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Social e da Ciência.

Rose destacou que a gestão que se encerra teve produtividade 130% maior que a anterior, com 40 reuniões e 332 propostas votadas. Para a senadora, a comissão “não se acovardou” e todos os membros assumiram e cumpriram suas responsabilidades.

Lei orçamentária

A senadora frisou que a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2016 foi aprovada pelo Congresso em dezembro. O trabalho da CMO nessa tarefa, disse, foi melhor do que nos últimos anos, respeitou prazos e culminou com uma peça orçamentária confiável e sólida.

— A prática dos últimos anos era sempre não ter Orçamento e o governo ficar fragilizado, sem poder executar muitos programas. Pela primeira vez em muito tempo, não ouvimos ninguém dizer que o Orçamento aprovado é uma peça de ficção. Não é o Orçamento dos sonhos, mas é sério, enxuto e pode plenamente ser executado.

Rose destacou também que a comissão votou quatro das sete prestações de contas presidenciais atrasadas.

Gurgacz, que foi relator da Receita da LOA 2016 e das contas presidenciais de 2014, lamentou que seu texto não pôde ser debatido e votado.

— Foi um trabalho pautado na legalidade. Não ouvimos nenhum político a não ser eu mesmo. Teve a participação excepcional de consultores e técnicos de vários órgãos.

Nova composição da CMO aguarda definição de bancadas na Câmara

A CMO troca os membros todos os anos. Por determinação regimental, nenhuma proposta pode ser votada no período de vacância entre o fim dos mandatos. Em geral esse período é inexistente, já que os novos membros assumem no mesmo dia em que saem os antigos.

O período de inatividade em que a comissão entra a partir de hoje deve-se à “janela” para troca de partidos criada pela Emenda Constitucional (EC) 91. O período de 30 dias para que deputados federais pudessem migrar para qualquer legenda sem o risco de punição por infidelidade partidária se encerrou no dia 19, mas a Câmara ainda não recebeu todas as comunicações da Justiça Eleitoral.

Até que o processo seja

concluído, não é possível determinar oficialmente a nova configuração das bancadas na Câmara. Em consequência, ainda não foi possível calcular a proporcionalidade de bancadas. Apenas a partir disso é que as lideranças podem indicar os novos membros da CMO.

Segundo a Secretaria-Geral da Mesa do Congresso, responsável por fazer o cálculo, a quantidade de vagas para cada partido e bloco na CMO deverá ser determinada entre o fim desta semana e o início da próxima.

As lideranças serão informadas para que façam as indicações e, assim que estiver preenchida a maioria das vagas, a nova CMO será instalada. As demais cadeiras serão preenchidas posteriormente.

Lídice exalta história e cultura de Salvador, que completou 467 anos

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou ontem os 467 anos da criação de Salvador, o que deu início à colonização da América portuguesa.

Ela cobrou melhorias na restauração do



Jefferson Ruy/Agência Senado

centro histórico da cidade e incentivos à indústria criativa local. Disse ainda que a miscigenação racial em Salvador formou uma das mais ricas tradições culturais do país.

Raupp celebra os 50 anos do PMDB e destaca conquistas do partido

Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou os 50 anos do PMDB. Ele destacou que o MDB conseguiu a aprovação da anistia, em 1979, conduziu as Diretas Já e conseguiu a vitória de Tancredo



Jefferson Ruy/Agência Senado

Neves para a Presidência em 1985. Assim, disse, o PMDB inaugurou a Nova República, liderou a Assembleia Constituinte e entregou ao povo a Constituição em 1988.

Conselho de Ética vota processo de Delcídio em abril, diz relator

O senador Telmário Mota (PDT-RR) acredita que até o fim de abril o Conselho de Ética votará o processo disciplinar contra o senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS). Segundo o relator, Delcídio terá prazo de três dias úteis para apresentação da defesa final, a partir de 7 de abril, quando está previsto o depoimento dele. Findo esse período, o relator terá dez dias, também úteis, para entregar o parecer.

— Se no dia 7 ele não vier, de acordo com o artigo 17 da resolução que disciplina o conselho, a gente vai dar seguimento — disse Telmário.

Para ontem, estavam previstos os depoimentos do filho do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, Bernardo Cerveró; do então advogado de Nestor, Edson Ribeiro, e

do ex-chefe de gabinete de Delcídio Diogo Ferreira. Os três não compareceram. Bernardo está em viagem para o exterior e os dois últimos alegaram estar em prisão domiciliar. O conselho decidiu, então, abrir mão desses testemunhos.

O Conselho de Ética resolveu pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) cópia integral dos autos do inquérito que investiga Delcídio, com a autenticação magnética da gravação que faz parte dos autos. A solicitação foi da defesa do senador.

Os advogados também requisitaram a suspensão do processo no conselho durante a licença médica de Delcídio, mas a solicitação foi negada. Delcídio apresentou atestado médico de 15 dias a contar de 23 de março.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI BR-319

8h30 Audiência pública interativa sobre a reconstrução da BR-319 entre Porto Velho e Manaus. Depois, análise de requerimentos.

CAS Profissão de físico

9h O PLC 101/2012, sobre o exercício da profissão de físico, e o PLS 378/2014, que inclui a humanização como um dos princípios do SUS, são alguns dos projetos em pauta.

CDR Zona Franca Verde

9h Audiência pública interativa para debater a implementação da Zona Franca Verde.

MP 708/2015 Rodovias transferidas

10h Audiência interativa sobre a medida provisória, que autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos estados e ao Distrito Federal.

CCJ Plebiscito e referendo

10h A comissão analisa, entre outros projetos, o PLS 292/2011, que define critérios para a realização de plebiscito e de referendo.

CE Políticas sobre drogas

10h Audiência interativa debate projeto sobre financiamento das políticas sobre drogas (PLC 37/2013). Às 14h, audiência sobre a elaboração da base curricular comum para o ensino básico. O especialista Phil Lambert, da Austrália, deve participar.

CDH Adoção

11h30 A comissão pode votar, entre outros, o PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção.

MP 712/2016 Mosquito da dengue

14h Audiência interativa debate a medida provisória, que trata de medidas de vigilância em saúde relacionadas ao *Aedes aegypti*.

PLENÁRIO Minha Casa, Minha Vida

14h Projeto de lei de conversão que muda regras de financiamento do Minha Casa, Minha Vida abre a pauta de votações.

MP 713/2016 Remessas ao exterior

14h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela medida provisória, que reduz o IR retido na fonte sobre remessas de dinheiro ao exterior.

MP 714/2016 Empresas aéreas

14h40 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP, que permite aumento de capital estrangeiro nas empresas aéreas com dificuldades financeiras.

MP 717/2016 Novo ministro

14h50 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP, que cria o cargo de ministro-chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

MP 718/2016 Justiça antidoping

15h Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP, que cria a Justiça Desportiva Antidoping.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

16h Renan Calheiros preside ordem do dia.

CDH Terceirização

17h A comissão faz balanço das diligências sobre terceirização feitas nos estados.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da **Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Casa poderá ser sede para microempreendedor

Aprovado por unanimidade no Plenário, segue agora para sanção projeto de lei que autoriza uso do endereço residencial como sede de negócio, para cadastro no Simples

O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL poderá utilizar a residência como sede de estabelecimento comercial, quando a atividade não exigir local específico para funcionamento, segundo projeto aprovado ontem, por unanimidade, no Plenário. Microempreendedor individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, com faturamento anual de no máximo R\$ 60 mil.

A proposta (PLC 167/2015 — Complementar), que segue para sanção, altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006).

A medida pretende facilitar a adesão de pessoas ao regime simplificado de tributação, afastando restrições impostas por leis estaduais que não permitem o uso do endereço residencial para cadastro.

Também busca modernizar as relações e a logística de trabalho, pois, com internet e redes sociais, fica mais fácil a adoção do trabalho em casa.

Impacto social

Vários senadores elogiaram a proposta que, segundo eles, é importante principalmente no momento de crise econômica que o país está vivendo. De acordo com eles, o projeto tem impacto social muito grande, já que desburocratiza e facilita a vida das microempresas sem gerar custos para o governo.

— Um dos desafios nacionais é a modernização da economia. Tornar o Brasil um país mais produtivo e competitivo é o desafio que o futuro nos reserva — disse o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB).

Segundo avaliação do deputado Luiz Carlos Hauly



Senadores destacaram, em Plenário, que o projeto moderniza e desburocratiza a economia sem gerar custos ao governo

(PSDB-PR), a mudança deve trazer para a legalidade cerca de 7 milhões de autônomos, 58% do total no país.

Na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), a proposta teve parecer favorável do relator, senador Blairo Maggi (PR-MT). Ele avaliou ser racional e economicamente viável

que o empreendedor utilize a própria residência para o exercício de atividade empresarial, com substancial economia de recursos.

Medida com mudanças no FGTS será votada hoje

A pedido do líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), foram adiadas para hoje as votações das duas medidas provisórias que estavam na pauta de ontem do Plenário.

As MPs 698/2015 e 709/2015 foram lidas na semana passada e só podem ser votadas depois de transcorridas duas sessões plenárias após a leitura, defendeu Cássio. O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou e adiou as votações.

A MP 698/2015 será apreciada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2016. Essa medida mudou as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação aos

financiamentos com recursos do FGTS. A medida assegura que, se os beneficiários do programa não quitarem as prestações dos imóveis que serão construídos com recursos do FGTS, o Tesouro Nacional fará a compensação. A MP 698 vence amanhã.

Para o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), com a MP, “o governo está querendo se beneficiar dos recursos do FGTS para garantir a sobrevivência do Minha Casa, Minha Vida”.

— O governo está falseando, encobrindo o resultado final por não cumprir a regra orçamentária prevista. É uma pedrada típica — disse Caiado.

Também trancando a pauta

está o PLV 5/2016 (originado da MP 709/2015), que disponibilizou R\$ 1,318 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte e para as Secretarias de Aviação Civil e de Portos.

Os recursos destinam-se ao combate do mosquito *Aedes aegypti*, ao fomento agropecuário, ao Programa Farmácia Popular e à transposição de águas do Rio São Francisco.

A medida também promoveu transferências para estados e municípios, para recompor pagamentos referentes à Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996).

Plenário confirma indicação de novo embaixador para Ucrânia e Moldávia

O Senado aprovou a indicação de Oswaldo Biato Junior para a embaixada na Ucrânia, por 47 votos a 2. Ele também representará o Brasil na Moldávia, outro país da Europa Oriental.

Durante a sabatina, feita no dia 17 de março na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o embaixador afirmou que está em negociação uma parceria entre uma empresa ucraniana de produção de insulina e o Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmanguinhos (laboratório oficial do Ministério da Saúde) para a criação no Brasil de uma fábrica do hormônio.

Para Biato Junior, a cooperação na área de saúde deverá ser um dos novos focos do

relacionamento bilateral, depois que o governo brasileiro optou por romper o acordo de cooperação espacial que mantinha com a Ucrânia.

Currículo

Oswaldo Biato Junior ingressou na carreira diplomática em 1981. Durante a carreira no Ministério das Relações Exteriores, serviu em várias embaixadas pelo mundo e ocupou funções como subchefe da Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços; chefe da Divisão da Ásia e Oceania I; ministro-consultor nas embaixadas do Brasil na China e na Rússia; embaixador no Cazaquistão; e diretor do Departamento da Europa no âmbito do ministério.

Senado do Futuro define quais políticas vai avaliar

As políticas públicas nas áreas de segurança alimentar, educação inclusiva e tecnologia da informação serão acompanhadas pela Comissão Senado do Futuro (CSF).

O colegiado definiu ontem as políticas federais que avaliará este ano, como é incumbência das comissões permanentes do Senado. Três requerimentos foram aprovados, apresenta-

dos pelo presidente da CSF, Wellington Fagundes (PR-MT).

Dois deles tratam das políticas nacionais e atividades de cooperação internacional desenvolvidas pelo governo brasileiro para cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O primeiro quer atenção à segurança alimentar e melhoria da nutrição e o segundo, à educação inclusiva

e às oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

O terceiro requerimento foca na tecnologia da informação e no processo legislativo do futuro. O tema poderá ser tratado, inclusive, em parceria com as câmaras municipais e as assembleias legislativas.

— Avaliar uma política pública é avaliar seus efeitos no mundo real, para fornecer insumos à sua continuidade — disse Wellington.

A CSF também aprovou requerimento de audiência pública sobre o Marco Legal da Primeira Infância. Segundo a autora, Fátima Bezerra (PT-RN), o objetivo é debater como o Senado pode contribuir com regulamentações que concretizem direitos e garantias, previstos no marco, para as crianças de até 6 anos.

Três novos diretores para a Agência Nacional de Aviação são aprovados

O Plenário aprovou ontem três indicações para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O advogado e administrador Ricardo Sérgio Maia Bezerra foi reconduzido após um ano afastado do cargo.

O economista Juliano Alcântara Noman e o tenente-brigadeiro do ar Hélio Paes de Barros Júnior serão os novos nomes na diretoria.

Os três foram sabatinados simultaneamente pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na semana passada.

Na ocasião, falaram sobre temas como ampliação da aviação regional, autorização

para que uma pessoa transfira uma passagem aérea para outra e fim da franquia de bagagem despachada nos voos domésticos.

O último assunto é objeto de uma consulta pública feita pela Anac durante o mês de março.

Bezerra teve 48 votos favoráveis e 2 contrários em Plenário. Noman recebeu 48 votos e houve 1 manifestação contra. Já Barros foi aprovado por 49 senadores e teve 7 votos contrários.

A diretoria da Anac conta com quatro diretores e um diretor-presidente, todos com mandatos de cinco anos.



Wellington Fagundes preside a comissão, que planejou as atividades para 2016

Senadores questionam orçamento reduzido para ciência e tecnologia

Em audiência, o ministro Celso Pansera falou sobre contingenciamento de recursos e sobre a situação dele no ministério com a saída de seu partido, o PMDB, do governo federal. Ele afirmou ser contra o impeachment e disse que gostaria de continuar à frente da pasta

SENADORES SE MOSTRAM preocupados com o contingenciamento orçamentário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O problema foi discutido ontem em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com o ministro da pasta, Celso Pansera, que falou sobre desafios e expectativas do ministério para este ano.

A crise política também foi assunto do debate. Questionado pelo presidente da comissão, Lasier Martins (PDT-RS), sobre sua posição em relação ao momento político do país, Pansera, que é deputado federal pelo PMDB, afirmou ser contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

— Como deputado, vou votar contra o impeachment. Acho que não existe ainda o fato que determina o impeachment.

Ele disse que continua como ministro até que haja um desfecho dessa situação. Pansera relatou que já havia comunicado ao presidente do PMDB e vice-presidente da República, Michel Temer, que seu desejo é continuar no ministério. Ontem, o partido decidiu pelo desembarque do governo.

— Nós não vamos parar nenhuma iniciativa — afirmou.

O ministro disse ainda que é contra a luta política ser levada ao extremo de se desmontarem ministérios, principalmente os da Saúde, da Agricultura e de Minas e Energia. Para ele, são ministérios determinantes, com impactos imediatos à população.

Cortes

Quanto ao orçamento, o ministro falou que este ano houve um grande contingenciamento devido à crise econômica. Foi cortado do Ministério da Ciência e Tecnologia R\$ 1,7 bilhão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o que



No debate conduzido por Lasier Martins (D), Pansera disse que ministério se reúne hoje para tratar da fosfoetanolamina

deixou os senadores preocupados. Mas Pansera afirmou que há um acerto com o governo para que o contingenciamento no fundo seja feito aos poucos e se encerre em 2019.

Além disso, explicou que 25% do fundo do pré-sal devem ir para ciência e tecnologia. O ministro conta ainda com um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deve gerar quase R\$ 800 milhões para este ano.

— A outra questão seria o descontingenciamento imediato de R\$ 400 milhões do FNDCT este ano. Com isso, teríamos ingresso de recursos até o final do ano que permitiria o funcionamento do sistema, das nossas organizações sociais e institutos e ainda o cumprimento dos compromissos com bolsas e pesquisadores.

Walter Pinheiro (sem partido-BA) destacou a necessidade de unir as políticas científicas, com ações para incrementar o desenvolvimento industrial.

— É preciso resgatar a capacidade de aliar a política científica com a de desenvolvimento industrial. Como a gente supera esses desafios de crescimento, sem aliar essas duas áreas? — questionou.

O senador lembrou que o Brasil se depara com vários desafios, como a falta de mão

de obra qualificada, enquanto existem setores promissores crescentes em diversas áreas ligadas a tecnologia.

Pansera citou avanços em vários programas da pasta, como o Ciência sem Fronteiras, que implementou 92,8 mil bolsas até janeiro. Ele citou o fato de o programa ter sido desvinculado do FNDCT e ficado sob a cobertura do Ministério da Educação, o que permitirá que a verba do fundo seja destinada a outras áreas de inovação.

Omar Aziz (PSD-AM), que relatou a análise do programa, escolhido como política pública a ser avaliada pela comissão em 2015, pediu ao ministro que leve em conta as recomendações feitas no relatório. Pansera afirmou que uma das recomendações, investir mais em cursos de pós-graduação, será atendida e que há ainda outro debate para que se invista mais na área de engenharias.

Ele falou ainda que o ministério vai investir no Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes aegypti* e à Microcefalia, que tem um orçamento de R\$ 1,2 bilhão e vai até 2017.

— Lançamos semana passada um plano muito ousado, muito ambicioso para a pesquisa da zika, chicungunha e dengue, não só do combate ao

vírus, mas do principal vetor, que é o mosquito — disse.

Fosfoetanolamina

Ivo Cassol (PP-RO) pediu que o ministro interceda junto à presidente Dilma pela sanção do projeto que autoriza o uso da fosfoetanolamina, aprovado há uma semana no Senado. O senador disse que o medicamento tem efeitos impressionantes em pessoas com câncer e criticou a burocracia e os que são contra a liberação da substância, de modo excepcional, antes de concluídas as pesquisas.

Segundo Pansera, hoje deve ser anunciado o resultado da pesquisa que comprova que a fosfoetanolamina não faz mal ao organismo. Ele explicou, porém, que ainda serão necessárias outras pesquisas para descobrir como a substância age. O problema da aprovação é que a pílula desenvolvida pela Universidade de São Paulo (USP) não contém apenas a fosfoetanolamina, mas outras substâncias, disse. Uma opção seria aprová-la como suplemento alimentar. O ministério deve se reunir hoje com os pesquisadores para decidir que caminho seguir.

— A tendência é liberá-la como suplemento alimentar — adiantou o ministro.

Paim destaca riscos dos oficiais de Justiça

Preocupado com a falta de segurança dos oficiais de Justiça, Paulo Paim (PT-RS) disse ser importante discutir um projeto que dê a eles o direito ao porte de arma, defendido pela Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil.

Esses servidores têm como função cumprir mandados, expedidos por juízes, de penhora e busca e apreensão de bens, despejo, citação de partes de um processo e até mesmo afastamento de cônjuges agressores do lar.

— O oficial de Justiça executa atividade de risco. Perante a União e alguns estados, ele recebe adicional de periculosidade, ou seja, adicional de risco de morte — ressaltou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Crivella faz apelo por tolerância religiosa

Marcelo Crivella (PRB-RJ) cobrou a adoção de medidas corajosas para evitar o radicalismo nas religiões. Ao prestar homenagem aos cristãos do Paquistão mortos no Domingo de Páscoa pela ação de homem-bomba, o senador fez um apelo à tolerância religiosa e à convivência pacífica entre os diferentes credos.

Ele lamentou violência contra muçulmanos no Brasil, como o apedrejamento de uma mulher, e se disse preocupado quanto à reação do povo brasileiro a esses atos.

— O único combate legitimado por Cristo é a luta contra o medo, contra as tentações, contra as fraquezas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe cobra atenção a projeto anticorrupção

Reguffe (sem partido-DF) elogiou os 2 milhões de brasileiros que assinaram o anteprojeto com dez medidas de combate à corrupção entregue ontem à Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção. A campanha tem como eixo central a busca pelo aperfeiçoamento da legislação anticorrupção.

Para o senador, a Polícia Federal e o Poder Judiciário estão cumprindo seus papéis e cabe ao Congresso agora cumprir o seu, votando as medidas. Reguffe lembrou proposta dele que determina que os projetos de iniciativa popular tenham o mesmo rito das medidas provisórias.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão vai avaliar fundos de incentivo a desenvolvimento científico

Os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico serão avaliados pela Comissão de Ciência e Tecnologia durante o ano de 2016. O requerimento que elege essa política pública para a avaliação da CCT foi aprovado ontem pela comissão.

O autor do requerimento, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), justificou a escolha pela preocupação de que a arrecadação dos fundos de incentivo

ao setor (o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) não está sendo aplicada na área. “Os citados fundos têm arrecadado anualmente quase R\$ 5,1 bilhões. Entretanto, parte expressiva desses recursos não tem sido efetivamente aplicada, prejudicando o potencial

dessa relevante política”, afirma Aloysio no requerimento.

Os senadores atuam na avaliação de políticas públicas no país desde 2013, quando foi aprovada resolução determinando que cada comissão acompanhe anualmente, dentro da área de competência, a atuação do Poder Executivo.

A CCT aprovou ainda requerimento extrapauta para audiência pública sobre o limite ao

uso de dados de banda larga do tipo ADSL (que transmite dados através da linha de telefone) que algumas operadoras devem adotar a partir de 2017.

Autor do requerimento e presidente da CCT, Lasier Martins (PDT-RS) disse que a medida prejudicará os consumidores, pois a velocidade de acesso à internet será reduzida quando atingido o limite de dados definido pelas operadoras.

Governo cogita frear aumento do salário mínimo

Ministro da Fazenda afirmou que, na hipótese de descumprimento do limite de gastos, Executivo pode suspender elevação real do mínimo e incentivar demissão de servidores

O GOVERNO COGITA adotar programas de desligamento voluntário de servidores públicos e suspender o aumento real do salário mínimo, como último estágio para enfrentar o eventual descumprimento do limite de gasto na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, durante audiência pública organizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Barbosa disse que, nessa proposta, usa como referência o que foi feito recentemente nos Estados Unidos, que estabeleceu o acionamento de cláusulas de controle de despesas, chamadas de *sequester* — sequestro de recursos na hipótese de a despesa ou a dívida subir muito.

A ideia do ministro é estabelecer um limite para as despesas primárias federais, um percentual do produto interno bruto (PIB) no Plano Plurianual (PPA). Como passo seguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá fixar o valor nominal do limite de gasto para cada ano, que deverá ser observado na LOA.

De acordo com Barbosa, em caso de descumprimento do limite de gasto na elaboração da LOA, serão acionadas automaticamente medidas de redução de despesas em três estágios. O primeiro deles é a suspensão de aumentos reais, com a manutenção apenas de aumentos nominais nas despesas de custeio e de pessoal.

Se isso não for suficiente, vai-se para um segundo estágio, com a suspensão dos aumentos nominais de despesas de pessoal e de despesas discricionárias. Se isso for insuficiente, passa-se ao último estágio, com corte de benefícios para servidores e programas de licença ou desligamento voluntário de funcionários públicos “onde isso for possível”.

Outra medida nesse último estágio é a suspensão temporária do aumento real de salário mínimo, mantendo-se a correção apenas pela inflação. A Lei

13.152/2015 aplica ao salário mínimo o reajuste pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e o aumento real com base no crescimento do PIB.

Reações

Após ouvir o ministro, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) classificou-o de “protagonista da tragédia econômica”, já que integrou os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva e as duas gestões da presidente Dilma Rousseff. Avaliação semelhante foi feita por Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Ferraço questionou a credibilidade do governo para implementar o programa de reequilíbrio fiscal previsto no Projeto de Lei Complementar 257/2015, enviado à Câmara.

O ministro da Fazenda respondeu que as ideias contidas no programa não são uma repetição do passado, em que as alterações nas metas fiscais eram realizadas no fim do ano. Desta vez, segundo Barbosa, há uma combinação de medidas de estabilização no curto prazo com regras de maior controle do gasto público no médio e no longo prazo.

Para 2016, o governo espera uma “frustração de receitas” de R\$ 82 bilhões, devido à queda de arrecadação

e de dividendos. Para evitar um corte excessivo de gastos, o que derrubaria ainda mais a economia, segundo o ministro, o governo propôs a redução da meta fiscal de um superavit de R\$ 24 bilhões para um deficit de R\$ 96,6 bilhões.

Só assim, no entendimento de Barbosa, poderão ser mantidos programas essenciais em saúde, defesa e investimento (conclusão de obras em andamento), além da regularização do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (recursos entregues aos estados para compensar as desonerações dos produtos exportados).

O ministro disse que, no médio e no longo prazo, deverá ser enfrentado o problema da composição da despesa primária. De acordo com o Orçamento de 2016, só 8,3% dessas despesas estão na categoria de discricionárias, em que o governo tem maior liberdade para gastar e fazer cortes (contingenciamentos). A Previdência e a assistência social, não passíveis de corte, são responsáveis por 45% da despesa primária. A fatia com o pagamento do pessoal inativo da União é de 10%.

O fato levou Tasso Jereissati (PSDB-CE) a perguntar como reverter as expectativas na economia sem uma

reforma na Previdência, que, segundo o senador, não tem o apoio do PT. O ministro disse que existe uma discussão sobre o assunto e que “há várias maneiras de promover uma adequação da Previdência ao envelhecimento da população”.

— Esse é um desafio para a geração atual. Todos os países do mundo estão tendo que adequar seu regime de previdência e o Brasil não é diferente. Estamos procurando fazer isso de uma forma antecipada e previsível, também sem querermos ser os donos da verdade, porque há várias formas de fazer isso. Estamos avaliando como foi feito no mundo e ouvindo a opinião dos principais interessados — afirmou.

Repatriação de recursos

Em resposta a Humberto Costa (PT-PE) e Dalírio Beber (PSDB-SC), Barbosa anunciou que há uma expectativa de arrecadação de R\$ 35 bilhões com aplicação das novas regras de repatriação de recursos não declarados, previstas na Lei 13.254/2016.

Marta Suplicy (PMDB-SP) fez críticas à postura da Receita Federal quanto ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 125/2015, que evita o que os especialistas chamam de “tranco tributário”, quando uma empresa passa de uma faixa para outra no Simples Nacional. Barbosa disse que apoia a passagem suave de uma faixa para outra, mas que isso tem de ser feito com o mínimo de perda para a arrecadação.

Outro ponto abordado pelo ministro na audiência foi a proposta de alongamento do prazo de pagamento da dívida dos estados com a União em 20 anos. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que muitos estados não concordam com as condições impostas para a renegociação, como a proibição da concessão de novos incentivos fiscais e de reajustes salariais para servidores. Barbosa assegurou que a proposta foi discutida com os secretários de Fazenda e obteve o apoio da maioria deles.

A audiência foi presidida por Gleisi Hoffmann (PT-PR).



O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, fala em audiência sobre dificuldades financeiras do governo

Ministro da Justiça deve falar a comissões sobre segurança pública

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) convidará o ministro da Justiça, Eugênio Aragão, a apresentar aos senadores os programas do governo para a segurança pública. A audiência foi proposta por Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e deverá ser feita com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que também estuda requerimentos de convite ao ministro.

Alvaro Dias (PV-PR) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), autores dos requerimentos na CCJ, querem também que Aragão explique a declaração dada à *Folha de S.Paulo* de que a afastará equipe da Polícia Federal se houver “cheiro de vazamento” de informações da Operação Lava-Jato.

Também foi aprovado na CMA um requerimento de Ronaldo Caiado (DEM-GO) para a realização de uma

audiência sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). O senador quer esclarecer notícias sobre uma investigação da Polícia Federal na empresa motivada por suspeita de direcionamento de licitações e desvio de recursos públicos.

Caiado cita auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União em obras da fábrica, em construção em Goiana (PE), para produção de hemoderivados. Devem ser convidados para o debate o presidente da Hemobrás, Marcos Arraes, e representantes do TCU, do Ministério Público Federal e da Associação Brasileira de Hematologia.

Foi acolhido ainda um requerimento de João Capiberibe (PSB-AP) que requisita ao presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeira (Coaf) um relatório que apontaria irregularidades na Ferrovia Norte-Sul.

Senadores farão debate a respeito de ações de fiscalização do TCU

Um requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) propondo uma audiência pública para discutir relatório de ações de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) no primeiro trimestre de 2015 foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O senador foi o relator do Aviso 44/2015 do TCU, que reúne as conclusões do tribunal sobre atividades de controle do governo federal nos primeiros três meses do ano passado.

Para Aloysio, o debate será uma oportunidade para identificar possibilidades de melhorias na gestão pública e de mudanças na legislação.

Conforme o senador, o relatório do TCU mostra que as ações de fiscalização possibilitaram corrigir irregularidades que somam R\$ 464

milhões, reduzir preços em processos licitatórios envolvendo R\$ 356 milhões e cobrar débitos ou aplicar multas totalizando R\$ 436,3 milhões.

— Os benefícios financeiros oriundos das atividades realizadas pelo TCU no primeiro trimestre alcançaram um valor superior a R\$ 1,2 bilhão. De acordo com o Tribunal de Contas da União, foram evitados prejuízos e danos da ordem de R\$ 2,12 bilhões em razão da adoção de medidas cautelares. Além disso, existem outros R\$ 371 milhões em processos de cobrança executiva — observou.

No período, o tribunal realizou cerca de 140 fiscalizações e julgou 1,2 mil processos, condenando ao pagamento de débito ou de multa 590 responsáveis e inabilitando outros 50 para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Setor agropecuário sugere mudança na MP do seguro às exportações

Texto alterou regras para seguro de crédito à exportação, que visa dar garantia aos exportadores em caso de não pagamento dos produtos

O RELATOR DA medida provisória que alterou as regras de concessão e operacionalização do seguro de crédito à exportação (SCE), Douglas Cintra (PTB-PE), disse ontem que apoia as sugestões apresentadas pelo setor agropecuário em audiência pública da comissão mista encarregada de analisar a MP 701/2015.

A medida autorizou seguradoras e organismos internacionais a oferecer o SCE com o intuito de ampliar o leque de agentes que podem contratá-lo na venda de produtos brasileiros no exterior. Antes somente o BNDES podia oferecer esse seguro.

O SCE é uma garantia aos exportadores contra o não pagamento dos produtos pelo importador em razão de riscos políticos (como moratória so-



Senador Douglas Cintra (2º à dir.) disse que vai incorporar as sugestões do setor ao relatório da medida provisória

berana e guerra) ou comerciais (atrasos ou falência do importador). O mecanismo garante ao exportador a indenização por perdas líquidas em consequência do não recebimento de crédito concedido a cliente no exterior.

Célio Porto, assessor técnico da Frente Parlamentar da Agricultura, defendeu a ampliação da MP. O texto enviado pelo governo utiliza a expressão “produtos agrícolas” no acesso ao seguro, enquanto a frente

prefere a expressão “produtos agropecuários”, aprimorando uma emenda sugerida por Ronaldo Caiado (DEM-GO). — A exportação não é só de matéria-prima. Exporta-se produto beneficiado, industrializado. Fica mais preciso se tratarmos de agropecuários, derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico.

A frente também quer trocar a expressão “produtor” por “exportador” em relação aos benefícios de cotas tarifárias.

Essas cotas são concedidas por países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou que tenham acordos bilaterais com o Brasil.

— A cota é para o país e é distribuída para empresas por meio do governo federal. A expressão ‘exportador’ é mais realista, porque atende produtores, indústrias, tradings e cooperativas — disse Porto.

A comissão mista fará nova reunião no dia 6 de abril, quando ouvirá o governo federal.

Cliente poderá ter celular substituído

Projeto que garante ao consumidor o direito de receber outro telefone celular enquanto seu aparelho estiver na assistência técnica para conserto foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O PLC 142/2015 prevê que o empréstimo vale para aparelhos que se encontrem dentro do prazo de garantia e determina que o aparelho

emprestado deve permitir, no mínimo, fazer e receber chamadas, e enviar e receber mensagens de texto.

O texto aprovado na CMA é um substitutivo a projeto da deputada Lauriete (PSC-ES). O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou emenda prevendo que o aparelho deve também permitir acesso à internet, por meio do plano que o consumidor disponha. Com a alteração, portanto, o aparelho a ser

temporariamente cedido ao deve ser um smartphone.

A proposta segue para decisão final em Plenário e, caso seja acatada a emenda de Flexa Ribeiro, deverá retornar à Câmara para análise do ponto modificado.

De acordo com o relator, o projeto atende as necessidades do consumidor que se vê obrigado a deixar o aparelho no conserto, ainda no período de garantia. As alterações devem ser incluídas no Código de Defesa do Consumidor.

Originalmente, o texto da deputada classificava o aparelho celular como produto essencial e, desse modo, garantia sua imediata substituição por um novo equipamento caso apresentasse defeito. Flexa salienta, contudo, que ainda não existe regulamentação sobre os chamados produtos essenciais.

Cancelamento de TV por assinatura pela internet segue para Plenário

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem projeto que prevê que usuários de TV por assinatura poderão cancelar os contratos por meio de ligação telefônica ou contato via internet. A proposta segue agora para votação em Plenário.

O PLC 131/2015 contou com o apoio da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora lembrou que resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já assegura ao consumidor o direito de cancelar a assinatura de pacote de TV utilizando a internet, no site da operadora, ou por meio de chamada telefônica à empresa. No entanto, ela considera importante que o direito seja também assegurado em lei.

Projeto permite antecipar inversão do ônus da prova

Em processo movido pelo consumidor contra o fornecedor, o juiz poderá inverter o ônus da prova ainda na fase de instrução, no início do processo, e não no momento da sentença, como é comum hoje.

Essa antecipação do momento de inversão nas relações de consumo está prevista em projeto (PLC 135/2015) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Para o relator, Blairo Maggi (PR-MT), o texto promove equilíbrio nas relações de consumo. O ônus da prova, que é o dever de provar o que se alega, cabe ao autor da ação. No entanto, o Código de Defesa do Consumidor prevê a inversão, tendo em vista a vulnerabilidade do consumidor frente ao fornecedor. O projeto segue para deliberação em Plenário.

Aumento do valor de causa em juizado especial cível vai à CCJ

O aumento no valor das causas aceitas pelos juizados especiais cíveis estaduais, de 40 para 60 salários mínimos, foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

A proposta (PLS 50/2012) equipara o limite das ações aceitas pelos juizados especiais federais. O projeto vai agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto do ex-senador Lobão Filho recebeu parecer favorável de Davi Alcolumbre (DEM-AP), com emenda.

O relator excluiu dispositivo que proibia a apelação a instâncias superiores da Justiça em ações individuais envolvendo valores inferiores a 60 salários mínimos. Para Davi, a restrição a apelações representa “retrocesso jurídico e prejuízo para o direito do consumidor”.



Ataide Oliveira presidiu a sessão da CMA que aprovou o projeto da Câmara

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debatedores divergem sobre repasses a creches

Governo defende MP que muda regra sobre valor da transferência da União a municípios para atendimento a crianças de até 4 anos, mas prefeituras temem redução de recursos

DIVERGÊNCIAS ENTRE ESPECIALISTAS marcaram ontem audiência pública sobre a medida provisória (MP) que flexibiliza a transferência de recursos da União aos municípios e ao Distrito Federal referente ao apoio financeiro para creches.

A MP 705/2015 se destina aos espaços que atendem crianças de até 4 anos cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e para o Ministério da Educação, a MP é positiva. No ponto de vista da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a proposta deveria ser revogada.

AMP altera a Lei 12.722/2012, que estabelecia o apoio financeiro suplementar da União em 50% do valor anual mínimo

por aluno definido nacionalmente para a educação infantil.

Mas de acordo com a medida provisória, esse valor torna-se variável e poderá ser de até 50%. Além disso, a MP diz que serão atendidos critérios de elegibilidade definidos em regulamento.

Saldo

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, explicou que, do total de R\$ 1,45 bilhão transferido entre 2012 e 2014, havia R\$ 511,8 milhões de saldo no conjunto das contas dos municípios em 30 de setembro de 2015. Ou seja, mais de um terço dos recursos transferidos não havia sido gasto.

A ministra também destacou que mais de 2 mil municípios receberam recursos da Ação Brasil Carinhoso e não ampliaram o número de crianças



Tereza Campello justifica MP em debate presidido pela senadora Marta (3ª à dir.)

matriculadas. Para ela, a MP vai aperfeiçoar a legislação para induzir que os municípios gastem o dinheiro recebido e reduzam a desigualdade no acesso à educação infantil.

— Não tem cabimento recursos para uma política continuada ficarem parados. A norma do jeito que estava também permitia que municípios que aumentaram a

desigualdade recebessem o mesmo benefício. Não podemos tratar todo mundo da mesma forma — explicou.

Dúvidas

Para a representante do Ministério da Educação, Rita Coelho, a MP ajuda a esclarecer as regras sobre a aplicação dos repasses aos municípios. Ela disse que existem muitas

dúvidas das prefeituras sobre a execução desses recursos.

No entanto, os representantes da Undime e da CNM se posicionaram contra a medida por acreditarem que ela diminui o valor do financiamento para a educação infantil.

Manuelina Cabral, da Undime, afirmou que a alteração da regra sobre o repasse da União fere o princípio da continuidade do serviço público.

— Quando você diz “até 50%” [no texto da MP sobre o valor do repasse], você pode não repassar nada. Devia haver a troca da palavra “até” por “no mínimo” — disse, defendendo a revogação da medida ou a revisão do texto.

Manuelina também explicou que ainda não há uma orientação para que os municípios façam a prestação de contas dos gastos realizados e isso acaba gerando insegurança para que o município utilize o recurso.

Educação ambiental poderá ser disciplina obrigatória

Educação ambiental pode passar a ser uma disciplina obrigatória para alunos de todas as séries dos níveis fundamental e médio, caso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996) seja modificada. A mudança está prevista em proposta do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O projeto (PLS 221/2015) foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e segue para votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Atualmente, as escolas são orientadas a abordar princípios de educação ambiental de forma integrada a outros

componentes curriculares. No entanto, Cássio considera essa estratégia insuficiente para que os estudantes tenham formação sobre as diferentes dimensões da sustentabilidade.

O relator na CMA, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apontou avanços na sociedade em termos de atitudes em favor da preservação ambiental e de conscientização da população, mas enfatizou que os esforços devem continuar.

— Através das escolas, dos meios de comunicação, das mídias e redes sociais, vamos chegar a 100% de consciência ambiental — disse.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ponderou que

especialistas em educação desaconselham a incorporação de novas matérias aos currículos escolares, frente ao grande número de disciplinas obrigatórias.

— A ideia de questões ambientais serem tratadas em outros conteúdos, de maneira transversal, não diminui, e sim amplia a preocupação com o meio ambiente — defendeu.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) compartilha da opinião e considera que a discussão sobre a inclusão de educação ambiental como disciplina obrigatória, como prevê o PLS 221/2015, poderá ser aprofundada quando o projeto entrar na pauta da Comissão de Educação.

Comissão cobra soluções para problemas na transposição de rio

Os Ministérios da Integração Nacional, das Cidades e da Saúde podem ser cobrados para sanar problemas identificados em fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU) em obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf).

Requerimento do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pedindo informações dos ministérios foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O senador é relator do Aviso 47/2015, do TCU, que trata de auditorias em obras de esgo-

tamento sanitário integrantes do Pisf em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Foram vistoriadas obras em 399 municípios.

As auditoras identificaram diversas irregularidades, como obras não iniciadas ou paralisadas. No requerimento, o senador dá aos ministérios 90 dias para apresentarem ao TCU plano de ação, com cronograma, para solucionar os problemas apontados nas auditorias.

O programa, previsto para ser concluído em 2025, visa assegurar a oferta de água a cerca de 12 milhões de habitantes da região semiárida.

Especialista australiano discute currículo nacional

As discussões sobre a elaboração de uma base curricular comum para o ensino básico em todo o país serão retomadas hoje pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A partir das 14h, o colegiado faz audiência pública com Phil Lambert, diretor-geral da Australian Curriculum Assessment and Reporting Authority (Acara), entidade responsável pela implementação do currículo nacional na Austrália.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) foi quem propôs a audiência com Lambert, que está no Brasil fazendo explicações sobre a experiência de criação de um currículo nacional no país dele.



Senadora Fátima Bezerra propôs a audiência pública com Phil Lambert

Depois de uma reforma iniciada em 2008, a Austrália estabeleceu que 80% do currículo das escolas devem ser preenchidos pela base curricular comum e os 20% restantes por conteúdos locais e atividades de cada instituição de ensino. Antes, a responsabilidade pela educação escolar no

país era predominantemente dos estados e territórios, que já contavam com padrões curriculares próprios, o que gerava disparidades entre os desempenhos dos estudantes de diferentes regiões.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular no Brasil é uma das três políticas públicas desenvolvidas pelo governo a serem avaliadas pela comissão este ano. As outras duas serão o Programa Nacional de Apoio à Cultura e o Programa de Incentivo ao Esporte, com base na Lei 11.438/06.

A avaliação das três políticas foi recomendada em requerimento do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ).

Avança proposta de isenção fiscal a empresas de saneamento básico

Foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) projeto que isenta do pagamento de PIS, Pasep e Cofins empresas que fazem captação, tratamento e distribuição de água e que prestam serviço de esgotamento sanitário. O texto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação final.

O autor do projeto (PLS 717/2011), senador Aécio Neves (PSDB-MG), argumenta que a concessão de incentivos a empresas de saneamento básico reduz doenças e endemias, com reflexo imediato

sobre os gastos do Estado com saúde e Previdência.

Aécio observa ainda que esse tipo de incentivo resulta em benefício para a população carente, aspecto também destacado pelo relator, senador Roberto Rocha (PSB-MA), em voto favorável à proposta.

O senador apresentou emenda para determinar que o Poder Executivo faça estimativa do montante da renúncia fiscal decorrente da conversão do projeto em lei. Essa medida, de acordo com emenda do relator, será condição para a entrada em vigor da isenção prevista no projeto de lei.

Presidente do Senado disse que precisa se preservar durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff e comentou a decisão do PMDB de romper com o governo

Renan: “Tenho que ser isento e independente”

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, se recusou a comentar o cenário de apoio avulso de integrantes do PMDB à presidente Dilma Rousseff. Ele afirmou que tem que continuar a agir com isenção e independência.

— Eu acho que se esse processo [do impeachment] chegar ao Senado, e espero que não chegue, nós vamos conjuntamente com o Supremo Tribunal Federal decidir o calendário. A instituição prevê que esse julgamento aconteça em até seis meses — explicou.

Renan argumentou ainda que tem que se preservar o máximo possível para continuar a agir com isenção e com independência para conduzir o processo de impeachment caso ele chegue ao Senado.

PMDB

Em relação à decisão do diretório nacional do PMDB de romper com o governo de



Renan Calheiros disse ontem, em entrevista, que o papel dele é conduzir o Senado com equilíbrio até o fim do mandato

Dilma Rousseff tomada ontem em reunião na Câmara, Renan informou que conversou na segunda com o presidente da sigla, Michel Temer, avisando-o que não iria participar da decisão, porque “enquanto presidente do Senado, eu preferi não participar do governo”.

— Eu cumpro o mais difícil

papel que é, num momento historicamente conturbado, conduzir o Senado com independência, isenção, equilíbrio, e eu devo fazer isso até o fim do meu mandato — indicou.

Na reunião do PMDB, ficou definido que nenhum integrante da legenda está autorizado a exercer cargos no

governo em nome do partido. A ordem é para que todos os seus filiados entreguem os cargos, sob pena de abertura de processo ético.

— Sobre essa questão [cargos], eu tenho pouquíssimo a acrescentar, porque vocês lembram, eu sempre defendi que não devia participar do

governo, que a participação no governo era incompatível com papel que exerço como presidente do Senado.

Ele comentou que o PMDB é o maior partido congressional, grande, com muitas correntes.

— Tem a maior bancada no Senado, uma das maiores na Câmara, tem o maior número de governadores e é um partido que não tem dono, é democrático — apontou.

Papel do Legislativo

Renan afirmou ainda que o momento político é atribulado e que “é preciso ter muita calma, bom senso para que nós possamos dar a resposta que o país quer que o Legislativo dê”.

— É preciso encadear fatos políticos positivos. Há uma cobrança muito grande da sociedade e nós precisamos reverter a expectativa com relação à nossa economia — defendeu.

(Com Agência Câmara)



Humberto critica cronograma do afastamento de Dilma na Câmara

O líder do governo, senador Humberto Costa (PT-PE), criticou o cronograma de análise do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, reforçando tratar-se de um golpe em andamento.

Ele lembrou que o processo foi aberto pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que está sendo processado pelo Supremo Tribunal Federal e que está amparado, segundo ele, pelo vice-presidente, Michel Temer, pelo PSDB e outros grupos.

— A Câmara sentirá a pressão das ruas contra esse golpe e não se curvará a acordos que rifem a democracia.

Ana Amélia: PT já apresentou 50 pedidos de impedimento

Ana Amélia (PPRS) reafirmou a legalidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ela lembrou que o PT apresentou 50 petições de impeachment de todos os presidentes da República entre 1990 e 2002.

A senadora mencionou o pedido de impeachment contra Fernando Henrique Cardoso. O PT argumentava que o então presidente teria cometido estelionato eleitoral, por ter prometido o crescimento do país e a geração de empregos.

— Nada como um dia após outro. Nada como documentos, como a história.



Vanessa Grazziotin diz que imprensa é parcial na cobertura da crise do país

Na opinião de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), os debates no Plenário do Senado são uma oportunidade de os brasileiros terem acesso a opiniões diversas sobre a crise por que passa o país.

Diversidade, segundo ela, não encontrada nos meios de comunicação tradicionais, que divulgam apenas informações que interessam ao grande capital, com uma visão parcial sobre a corrupção no país.

— Quem dá a última palavra é o povo, mas para que a cidadania possa ser exercida, a população tem que ter acesso a todas as informações.

Medeiros defende legitimidade da possível destituição da presidente

José Medeiros (PSD-MT) defendeu a legitimidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e negou as denúncias de existência de uma “trama” contra o governo do PT. Para o senador, o discurso que classifica o impeachment como “golpe” não se sustenta, mas é vocalizado para manter os militantes unidos na defesa do aparelhamento do Estado.

— Essas gravações que chegaram à tona mostraram que havia uma trama no sentido de fazer obstrução da Justiça, com a participação da presidente da República e de seus ministros.



Para Bauer, saída do PMDB do governo está em sintonia com a sociedade

A decisão do PMDB de deixar o governo Dilma Rousseff foi registrada por Paulo Bauer (PSDB-SC).

Para o senador, o partido tomou essa decisão por compreender a aspiração do povo brasileiro que, segundo ele, quer que as coisas andem e não aceita mais a falta de governo.

— Este não é o fim da história do Brasil. Ele pode ser um começo. Vamos cumprir o nosso papel. Depois da decisão da Câmara, e com a posição favorável do PMDB, haverá de fazer com que o processo chegue nesta Casa e os senadores vão decidir o que é melhor para o país.

Cássio adverte que brasileiros precisam ficar atentos sobre postura governista

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que os brasileiros precisam de paciência e cuidado para não caírem no jogo de desqualificação do impeachment feito pelos governistas.

Dessa forma, o povo não pode se sentir ameaçado pela sede de poder do governo, que, depois de muitos equívocos, jogou o país numa crise econômica sem precedentes, segundo o senador, com aumento do desemprego e queda da atividade econômica.

— O que nos compete é manter a serenidade e lançar um olhar para o amanhã.



Amorim pede responsabilidade do Congresso diante do momento político

Eduardo Amorim (PSC-SE) manifestou ontem preocupação com a crise do país, avaliando que é preciso assumir atitudes dignas, corajosas e coerentes diante deste momento, que vê como de transição e renascimento. Ele lembrou que o Brasil atravessa a pior recessão da história, citando dados que apontam para redução do PIB, inflação alta e 20% dos jovens fora do mercado de trabalho.

— Independentemente de bandeiras partidárias, o Congresso precisa atuar em consonância com as leis e com o bem-estar desta nação. É para isso que fomos eleitos.

Senador Walter Pinheiro anuncia desfiliação do PT

Walter Pinheiro anunciou ontem desfiliação do PT, após 33 anos na legenda. “Decido encerrar, depois de uma reflexão profunda, minha única

filiação”, afirma o senador em comunicado. Ele acrescenta que permanecerá “com o trabalho firme e mantendo a fé”.

Pinheiro não informou os

motivos da desfiliação e nem a qual legenda deverá se filiar. Eleito senador em 2010, fica no cargo até o fim do mandato.

Também ontem, o líder do

PSD, Omar Aziz (AM), informou ao Plenário que o senador José Medeiros (MT) é o mais novo filiado do partido. Medeiros deixou o PPS no dia 16.



Pinheiro explica que tomou a decisão depois de uma reflexão profunda